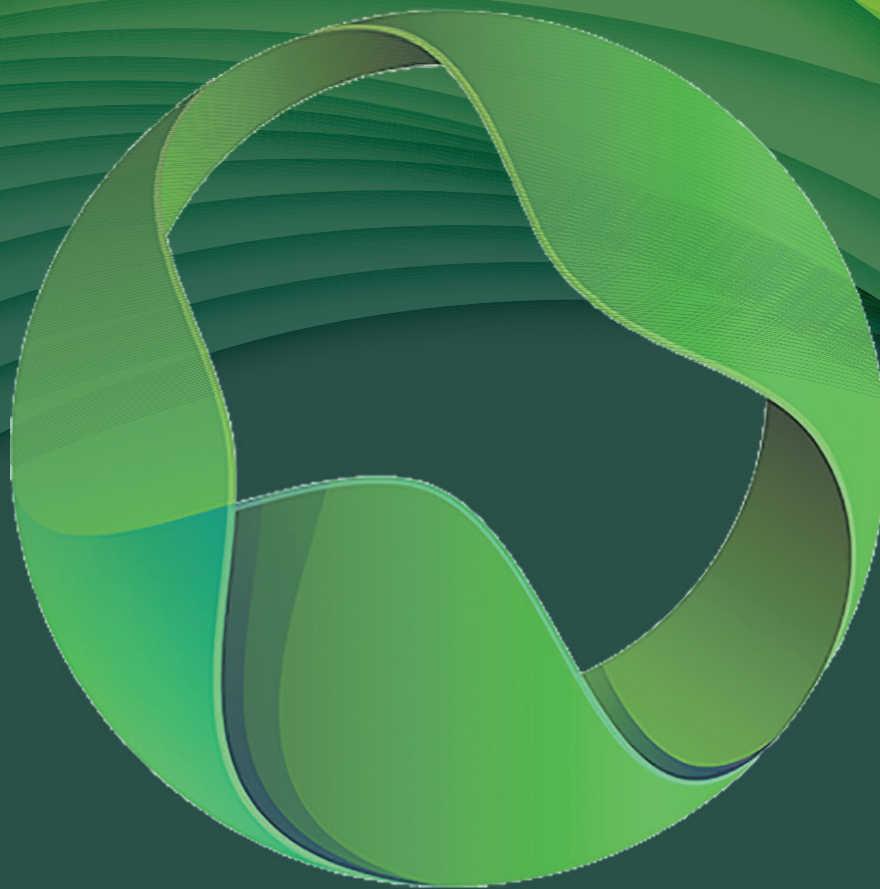




ESPECIAL



PRR

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA – UMA OPORTUNIDADE PARA CRESCER

A aplicação dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência será decisiva para a evolução da economia portuguesa em 2023. O Jornal Económico dedica um Especial a esta temática

ANÁLISE

Programa “está a cumprir ciclo planeado”, mas conjuntura gera preocupação ■ P2

ENTREVISTA

Luís Miguel Ribeiro
Presidente da Associação Empresarial de Portugal

“Estamos preocupados com a baixa execução do PRR” ■ P4



GUIA

Tudo o que precisa de saber sobre o plano e principais áreas de investimento ■ P5

FÓRUM

Portugal vai conseguir executar os fundos em tempo útil? ■ P6

EDITORIAL

Revitalizar a economia, precisa-se!



Lígia Simões

Subdiretora do Jornal Económico

A execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) continua atrasada, afetando o investimento público e privado. A crítica é recorrente e já mereceu o alerta da presidente do Conselho de Finanças Públicas, que sinaliza riscos associados à execução do PRR. Um aviso que até foi reforçado pelo Presidente da República, que também já advertiu a ministra da Coesão sobre a execução de fundos europeus. Vendo à lupa o último ponto de situação operacional divulgado pela Estrutura de Missão “Recuperar Portugal” (EMRP), a meta “era ambiciosa”, mas Portugal conseguiu cumpri-la, nos últimos dias de 2022: até 31 de dezembro, foram pagos 1.410 milhões de euros do PRR a beneficiários diretos e finais, cerca de 8,5% do total do pacote de fundos europeus, em linha com o objetivo que estava fixado. Deste montante, a maior fatia (469 milhões) coube às entidades públicas e às empresas públicas (289 milhões). Já as empresas, apesar de serem das que mais candidaturas submeteram, receberam até ao momento cerca de 156 milhões de euros. Falta uma estratégia de divulgação e de incentivo ao tecido empresarial, o que é notório num PRR mais voltado para o sector público, uma crítica que inicialmente foi formulada por vários agentes económicos. É fundamental que as empresas estejam no centro da recuperação da economia, como motor do crescimento e da criação de riqueza. Para tal, é necessário que os recursos de que vamos dispor sejam alocados para robustecer a economia.

Com um segundo pedido de desembolso em avaliação em Bruxelas, o presidente da EMRP admite que a conjuntura atual gera alguma preocupação. O motivo não é para menos: a inflação está a trazer dificuldades ao provocar significativos desvios na concretização da execução dos projetos públicos de investimento.

O país espera agora alguma celeridade. Não se pode perder mais esta oportunidade de revitalizar a nossa economia e o nosso tecido empresarial. ■

ANÁLISE

PRR “está a cumprir ciclo planeado”, mas conjuntura gera preocupação

Portugal conseguiu fechar o ano de 2022 com mais de 1,4 mil milhões de euros do PRR pagos a beneficiários diretos e finais. Presidente da EMRP admite, contudo, que a conjuntura tem causado preocupação.

ISABEL PATRÍCIO

ipatricio@medianove.com

A meta “era ambiciosa”, mas Portugal conseguiu cumpri-la, nos últimos dias de 2022: até 31 de dezembro, foram pagos 1.410 milhões de euros do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) a beneficiários diretos e finais, ou seja,

cerca de 8,5% do montante total desse pacote de fundos europeus, em linha com o objetivo que estava fixado. Mais, com 58 marcos e metas já comprovados e um segundo pedido de desembolso em avaliação em Bruxelas, o presidente da Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP), Fernando Alfaiate, garante ao Jornal Económico (JE) que se está a cumprir o “ciclo planeado”, admitindo, ainda assim, que a conjuntura atual gera alguma preocupação.

De acordo com os dados da entidade que coordena o PRR, a referida EMRP, até meados de janeiro, 100% do montante do PRR já estava contratado (cerca de 16,4 mil milhões de euros), 71% tinha sido colocado a concurso (quase 11,9 mil milhões de euros), 70% estava aprovado (11,6 mil milhões de euros) e cerca de 9% tinha sido pago (1,4 mil milhões de euros).

Em maior detalhe, entre as três dimensões estruturantes do plano, é a transição digital que regista, neste momento, a maior percentagem de pagamentos feitos – 19% ou cerca de 475 milhões de euros –, sendo também a que está mais avançada no que diz respeito às aprovações – 79% do montante total ou cerca de dois mil milhões de euros. Esta dimensão concentra, convém explicar, 18% do montante alocado a Portugal, no âmbito do Instrumento de Recuperação e Resiliência, e pretende, por exemplo, apoiar a digitalização da Administração Pública e a transição digital das empresas.

Em contraste, apesar de ter mais pagamentos feitos em termos absolutos (674 milhões de euros), a dimensão da resiliência é aquela em que o peso dos valores pagos no montante total é menos expressivo: 6%. De notar, contudo, que esta dimensão concentra 61% do montante alocado a Portugal, incluindo intervenções em áreas tão críticas como a saúde, a habitação, as respostas sociais e as infraestruturas. Já no âmbito da transição climática, foram feitos até agora pagamentos na ordem

dos 299 milhões de euros, o equivalente a 10% do montante total.

Por outro lado, do tal bolo de quase 1,4 mil milhões de euros já pagos, a maior fatia (469 milhões de euros) coube às entidades públicas, seguindo-se as empresas públicas (289 milhões de euros) e as escolas (212 milhões de euros). Já as empresas, apesar de serem das que mais candidaturas subme-

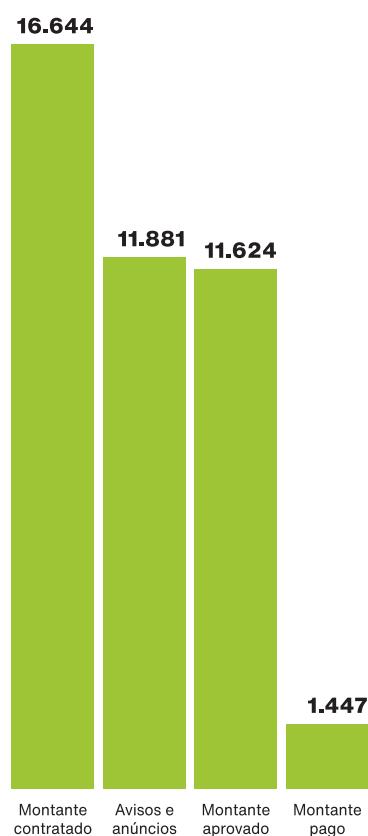
teram, receberam até ao momento cerca de 156 milhões de euros. E as famílias, com mais de 115 mil candidaturas apresentadas (o maior número entre os vários beneficiários), receberam 129 milhões de euros.

Soam os alertas de atrasos

A estes dados, importa acrescentar também que 58 dos 341 marcos e

FUNDOS EUROPEUS IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA DO PRR

Valores em milhões de euros



Fonte: Estrutura de Missão Recuperar Portugal



metas definidos no PRR já estão comprovados, e Portugal já entregou em Bruxelas o pedido de segundo desembolso, que foi recentemente aprovado, de forma preliminar pela Comissão Europeia. O cheque de 1,8 milhões de euros deverá chegar, por isso, nos primeiros meses deste ano.

Assim, Fernando Alfaiate considera que a implementação do PRR “está a decorrer em conformidade com o previsto”. “Está a cumprir o ciclo planeado, seguindo uma trajetória crescente de visibilidade de obra concretizada no terreno”, assegura o presidente da EMRP, frisando que a monitorização não tem dado conta de “atrasos significativos que coloquem em causa a boa e atempada execução” desses fundos.

Ainda assim, não têm faltado alertas nesse sentido. O governador do Banco de Portugal, por exemplo, salientou que a execução “tem ficado muito abaixo do previsto”, por causa da inflação. E o Presidente da República já deixou claro que “não perdoará” falhas a esse nível. “Quando nos referimos a atrasos, temos de referir que referencial estamos a utilizar. A Comissão Europeia faz a sua avaliação com base na execução baseada nos resultados apresentados nos marcos e metas previstos”, responde Fernando Alfaiate.

No entanto, o responsável reconhece que o contexto de inflação



Fernando Alfaiate
Presidente da Estrutura de Missão
Recuperar Portugal

está a trazer dificuldades, “porque tem provocado significativos desvios na concretização da execução dos projetos públicos de investimento em sede de Orçamento de Estado”. Além disso, realça o líder da EMRP, o facto de o Orçamento do Estado para 2022 só ter entrado em vigor no segundo semestre limitou o lançamento e execução dos contratos.

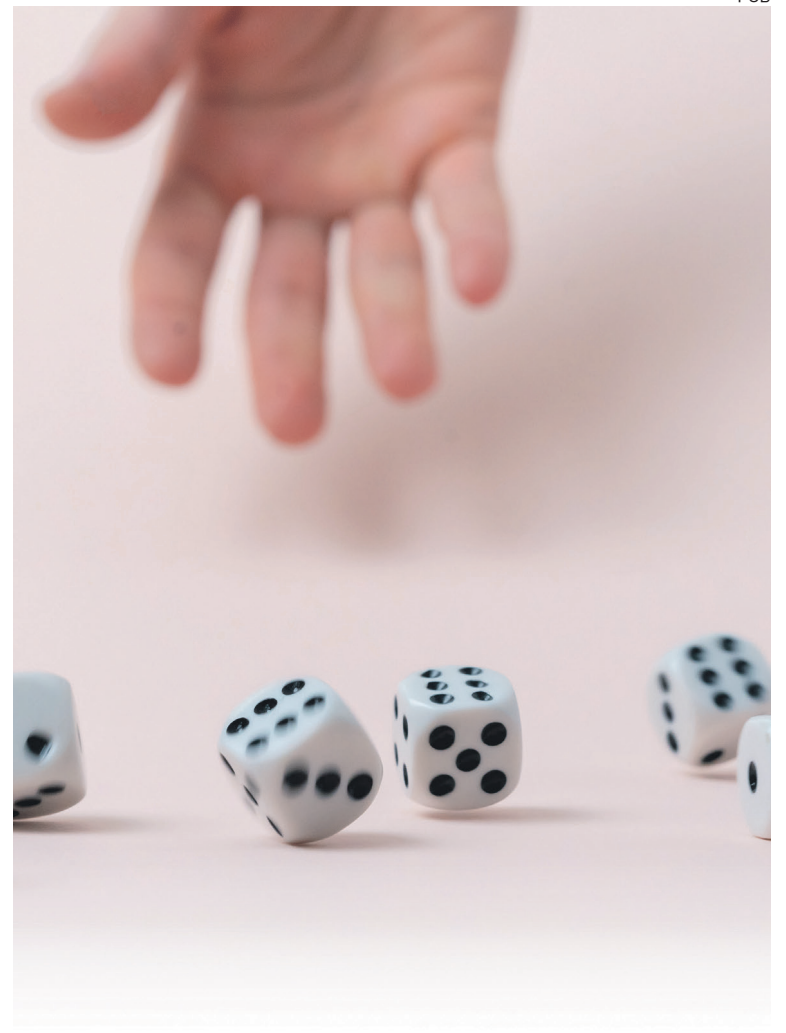
Chegar a 32% de execução

O Governo quer quase dobrar a execução acumulada até ao final

do 2022, passando-a para 32% dos objetivos contratados com a União Europeia. “Para podermos dar uma meta ou um marco por cumprido, a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, tem um árduo trabalho de recolha de evidências junto das entidades executoras e posteriormente de discussão sobre essas evidências junto da Comissão Europeia”, explica Fernando Alfaiate. E acrescenta: “depois, há ainda lugar à elaboração de declaração de gestão, feita pela EMRP, e que assegura e confirma que os marcos foram cumpridos. Essa declaração de gestão é submetida a parecer da Comissão de Auditoria e controlo do PRR. Posteriormente, é submetido o pedido de pagamento à Comissão Europeia”.

O líder da EMRP garante, além disso, que “não lhe parece” que haja risco de os números não refletirem obra feita no terreno, já que os marcos e metas, diz, “são a concretização de objetivos dos projetos que refletem obra feita”.

Quanto aos próximos meses, até ao fim do primeiro trimestre, serão lançados seis avisos de abertura de concursos ligados a empresas, famílias e respostas sociais, de acordo com o planeamento divulgado. Para as empresas, por exemplo, será lançado pelo Fundo Ambiental o segundo concurso para a produção de gases de origem renovável. ■



**Sabia que 43%
das candidaturas
ao PT2020 foram
chumbadas?**

No **PT2030** não faça parte desta estatística.

Não deixe o seu negócio nas mãos da sorte, aposte num parceiro com experiência.

Antecipe já a sua pré-candidatura!



www.yunitconsulting.pt
T: +351 21 330 72 02
E: contacto@yunit.pt

yunit
Consulting



ENTREVISTA | LUÍS MIGUEL RIBEIRO | Presidente da Associação Empresarial de Portugal

“Estamos preocupados com a baixa execução do PRR”

A AEP continua a defender uma realocação do PRR tendo em vista um reforço do peso das empresas. Uma pretensão antiga e não correspondida pelo Governo. A burocracia do aparelho de Estado fez o resto: o dinheiro custa a chegar.

ANTÓNIO FREITAS DE SOUSA
afsousa@medianove.com

Por definição, todos os incentivos patrocinados pelo Estado têm como função a alavancagem de novos investimentos a jusante da sua execução, por forma a que o impacto na conjuntura seja maximizado até ao limite. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) assumiu esse designo, desde a primeira hora, como uma das suas principais virtudes. Talvez tenha sido por isso que a perceção da derrapagem face à sua execução tenha levantado dúvidas ao mais alto nível. Marcelo Rebelo de Sousa foi um dos que verbalizou – de uma forma que na altura alguns analistas consideraram desproporcionada – essas dúvidas. Do outro lado, o Governo defende-se com a cortina de fumo da contratação. No limite, são duas formas de ler os mesmos números – a única diferença é qual deles é lido em primeiro lugar. O drama é que, para as empresas, esses números estão muito longe de corresponderem à mesma realidade: uma coisa é contratar um apoio, outro bem diferente é vê-lo transferido para a tesouraria. A última palavra tem, portanto, de ser a dos empresários. Luís Miguel Ribeiro, presidente da Associação Empresarial de Portugal (AEP), não consegue traçar um cenário otimista.

Acompanha as preocupações do Presidente da República no que tem a ver com a deficiente execução do PRR?

A execução do PRR sempre foi um aspeto que a AEP atribuiu a maior relevância. Mas a sua importância é ainda em maior grau atendendo a que (de acordo com o cenário macroeconómico inscrito no Orçamento de Estado 2023) o crescimento económico assentará inteiramente num maior dinamismo do investimento (essencial também para a progressão prevista das exportações), sob o impulso da execução do PRR.

Estamos preocupados pelo risco descendente que a baixa execução do PRR provocará na evolução do PIB, por via de um menor efeito direto e indireto (via alavancagem de outro investimento) sobre a atividade económica, incluindo também uma deterioração da atratividade do país aos olhos dos agentes económicos nacionais e internacionais. Os dados parecem demonstrar, de forma objetiva, que as vozes críti-

cas têm razão de ser. A AEP continua a defender uma realocação do PRR tendo em vista um reforço do peso das empresas, tendo em conta não só os riscos de execução, mas sobretudo os desafios que se colocam à economia portuguesa, onde as empresas estão confrontadas com um cenário difícil. Lembramos ainda que o Banco de Portugal, no Boletim Económico de dezembro, sublinha o importante papel dos fundos europeus, incluindo o PRR, na evolução do investimento, da melhoria da produtividade e no crescimento económico.

Que balanço faz a AEP do PRR?

O balanço da execução do PRR continua a mostrar de forma muito clara que o programa beneficia ainda muito pouco as empresas. Segundo os dados do último boletim de monitorização do PRR disponível, reportados a 11 de janeiro de 2023, do montante total já aprovado a beneficiários diretos e finais (11,6 mil milhões de euros), 24,3% corresponde às empresas (2,829 mil milhões), o que já é um valor relevante, ficando apenas abaixo das entidades públicas (4 mil milhões, ou 34,8%).

Bom, 24,3% não é uma percentagem despiçienda.

Apenas 156 milhões de euros foram pagos às empresas, representando 6% dos 2,8 mil milhões aprovados às empresas – o que é metade do rácio global de pagamentos face a aprovações de 12%) e 11% do total de pagamentos já efetuados (1,477 mil milhões).

Esse dado indica que de facto há um problema com a chegada dos apoios às empresas, o que tem sido



Apenas 156 milhões foram pagos às empresas, o que é 6% dos 2,8 mil milhões aprovados – o que é 11% do total de pagamentos já efetuados (1,477 mil milhões de euros)



Foto cedida

Em 2023, ano em que o Banco de Portugal (BdP) prevê que o consumo privado, com um peso de quase 2/3 do PIB, cresça apenas 0,2%, é o investimento (com um crescimento previsto de 2,9%) e as exportações (com um crescimento provável de 4,3%) – que dependem do investimento – a suportar o crescimento projetado de 1,5% do PIB no cenário base (com variações em termos reais), onde se assume precisamente que seja um ano ‘cruzeiro’ de execução do PRR, evitando uma recessão, que o BdP estima em -0,4% no cenário adverso.

O Governo defende-se com o lado do que já foi contratado.

Considerando os dados globais do PRR, o Governo sublinha, e bem, que a dotação orçamental de 16,4 mil milhões do PRR já está 100% contratada e 70% aprovada, mas o que vemos é que apenas se pagou 9% da dotação total e 12% do montante aprovado – sendo que esta última percentagem baixa para 6% no caso das empresas.

Acha que há um atraso excessivo?

Passados dois anos de execução do PRR, e sendo o término em 2026, já decorreu um terço do período previsto, pelo que deveríamos estar bem mais próximos de 33% (1/3) nos indicadores mais relevantes de execução, relativos às taxas de pagamento (12% face ao montante aprovado e 9% face à dotação total).

Do nosso ponto de vista, isso evidencia claramente os crónicos problemas de burocracia e ineficiência dos serviços públicos que lidam com fundos europeus, agravados pela janela de investimento mais curta e pelos problemas associados à inflação (exigindo revisões dos orçamentos dos projetos), para os quais a AEP alertou em devido tempo.

O mesmo de sempre, portanto. Ironicamente, há dinheiro do PRR para a digitalização da Administração pública, tendo a AEP defendido que essa digitalização deveria ser encetada, prioritariamente, nos serviços públicos que permitem a absorção de fundos pela economia. No terceiro ano de execução, é tempo de vermos um aumento da eficiência a esse nível, desejavelmente transportada também para o Portugal 2030. ■

referido por vários analistas como o principal bloqueio do sistema. O PRR é mesmo um programa de recuperação das empresas?

Obviamente, 156 milhões é uma gota de água no mar de dificuldades que as empresas têm enfrentado, pelo que não podemos dizer que o PRR está a ser um verdadeiro programa de recuperação. A parte da resiliência também está por demonstrar, dada a falta de perceção de que o PRR encerre

verdadeiras reformas estruturais que suportem um aumento do crescimento potencial da economia. Ou, dito de outro modo, muito pouco podemos associar a recuperação registada em 2021 e 2022 ao PRR, quando muito no domínio das expectativas.

Os problemas que deteta podem ter uma influência negativa no motor da economia portuguesa – as exportações?

GUIA

Tudo o que precisa de saber sobre o PRR e principais áreas de investimento

Apesar dos atrasos nos pagamentos, o PRR é visto por Bruxelas e pelo Governo como tendo potencial transformador, uma oportunidade que não pode ser desperdiçada de modernizar a economia europeia.

JOÃO BARROS
jbarros@medianove.com

O que é o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)?

É um programa integrado no Next Generation EU, um pacote extraordinário de financiamento da Comissão Europeia destinado a apoiar a recuperação económica e social dos países membros da zona euro após o choque negativo da pandemia. Com uma dotação de 16,6 mil milhões de euros, o PRR português é o instrumento nacional do Mecanismo de Recuperação e Resiliência aprovado por Bruxelas e conta com um dos montantes mais elevados entre os países que contarão com este apoio. O PRR contempla reformas e investimentos estruturantes, a implementar até 2026, estando dividido em três áreas chave: Resiliência, Transição Digital e Transição Climática, as quais contemplam 20 componentes, 83 investimentos e 37 reformas distintas.

Quais os instrumentos de financiamento que a UE disponibilizará nos próximos anos e quais as suas dotações?

Além do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o instrumento nacional do Mecanismo de Recuperação e Resiliência aprovado pela Comissão Europeia para revitalizar as economias europeias e transformá-las com vista ao futuro, Portugal disporá ainda de outros fundos de que poderá tirar proveito. Aos 16,6 mil milhões de euros incluídos no PRR, juntam-se os quase 23 mil milhões previstos no Portugal 2030, o sucessor do Portugal 2020, bem como os 2,1 mil milhões incluídos no REACT-EU e os 9,8 mil milhões da Política Agrícola Comum (PAC). Isto resulta em 51 mil milhões de euros destinados a Portugal nos próximos anos.

Quais as componentes de investimento previstas no PRR?

O PRR está organizado em três dimensões estruturantes, a resiliência, a transição climática e a transição digital, cada uma delas dividida em várias componentes num total de 37 reformas e 83 investimentos. No que respeita a resiliência, o plano prevê investimentos ao nível do Serviço Nacional de Saúde

(SNS), Habitação, Respostas Sociais, Cultura, Capitalização e Inovação Empresarial, Qualificações e Competências, Infraestruturas, Florestas, e Gestão Hídrica. Na dimensão da transição energética, os alvos são o Mar, Descarbonização da Indústria, Bioeconomia Sustentável, Eficiência Energética dos Edifícios, Hidrogénio e Renováveis, e Mobilidade Sustentável. Finalmente, a transição digital

abrange Empresas 4.0, Qualidade das Finanças Públicas, Justiça Económica e Ambiente de Negócios, Administração Pública Mais Eficiente, e Escola Digital.

Quanto do plano está alocado aos privados?

Do pacote previsto no PRR, 7,7 mil milhões de euros estão dirigidos ao apoio ao tecido empresarial numa fase de transição, tanto energética, como digital. Estes dividem-se em 5,05 mil milhões de apoios diretos, com os restantes 2,77 mil milhões em apoios indiretos. Já no PT2030, são cerca de 6 mil milhões de euros, que visarão a internacionalização, inovação, economia circular, descarbonização, qualificações e emprego.

Como têm evoluído as fases de contratação, aprovação e pagamentos?

Apesar da rapidez com que foram contratados os montantes máximos de cada dimensão do plano, a sua execução tem sido alvo de críticas pelos atrasos a quem tem estado associada. Os três pilares deste instrumento têm já 100% de montantes contratualizados há vários meses, com as aprovações a evoluírem favoravelmente, mas os pagamentos continuam atrasados em relação ao que seria expectável nesta altura. Por dimensão do plano, o pilar da Resiliência conta já com 72% dos projetos aprovados, ou seja, cerca de 8 mil milhões de euros, um pouco abaixo dos 79% aprovados na Transição Digital, que correspondem a um valor absoluto de 1.950 milhões. Mais atrasada está a Transição Climática, que conta com 54% do valor total já aprovado, ou seja, 1.641 milhões de euros. Olhando para os montantes já recebidos pelas entidades que se candidataram a estes fundos, o cenário é mais preocupante. A Transição Digital volta a liderar, embora com apenas 19% do valor já pago, o que não chega a 500 milhões de euros (mais especificamente, 475 milhões). Em termos relativos, a Transição Climática segue-se, com 10% do montante pago, embora o valor absoluto seja inferior ao da dimensão Resiliência: na primeira, os 10% correspondem a 299 milhões de euros, ao passo que na segunda, onde apenas 6% do envelope já foi pago, o valor absoluto ascende a 674 milhões. ■

Apesar da rapidez com que foram contratados os montantes máximos de cada dimensão do plano, a sua execução tem sido alvo de críticas pelos atrasos a quem tem estado associada

Viabilidade e Valor em contexto de PRR



Celso Fernandes, Director Financial Advisory Mazars

Num contexto económico difícil, marcado pela crise energética, efeitos da guerra nas cadeias de abastecimento e escalada da inflação – com consequências na subida das taxas de juro – o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) surge como um impulsionador para a retoma. O PRR, nas suas dimensões de Resiliência,

Transição Climática e Transição Digital, agirá como um elemento facilitador para a dinamização económica.

Pela experiência que a Mazars possui nesta tipologia de incentivos, em anteriores quadros comunitários e em setores de atividade transversais à economia portuguesa, a “pedra angular” continua a ser o plano de negócio.

Estruturar um bom business plan com as tradicionais métricas de avaliação de projetos plasmadas (VAL, TIR, payback, etc.) é um ponto de partida que confere desde logo robustez ao projeto de investimento.

Este business plan responderá, em grande medida, às necessidades de informação requeridas pelos formulários de candidatura a submeter, pois, para além de uma análise SWOT, formulação da estratégia a prosseguir e key drivers, esta contará também com uma dimensão financeira prospetiva, alicerçada em pressupostos de mercado, investimento, operacionais, económicos e financeiros.

Em suma, a viabilidade, independentemente da existência de um apoio financeiro (incentivo), é o que deverá nortear os projetos, devendo o apoio ser encarado como um prémio à iniciativa e dinâmica do investidor.

Importa garantir que o investimento projetado pelos investidores (alinhados com a estratégia da empresa) vai ao encontro dos objetivos e prioridades do aviso de concurso, num exercício de coerência global. Abarcar mais do que uma dimensão de investimento prevista no PRR será certamente um fator de valorização.

Em todos os sistemas de incentivos, e o PRR não é exceção, importa cuidar do cumprimento das condições de acesso e elegibilidade vertidas nos avisos de concurso.

Parece-nos também acertado realizar uma aferição da valia da operação de investimento. Em termos processuais as candidaturas são avaliadas tendo por base uma matriz de mérito, que ditará a hierarquização dos projetos a concurso. A realização de uma simulação de mérito (replicando a metodologia expressa nos avisos) permite antecipar expectativas, identificar pontos fortes e oportunidades de melhoria na formulação das intenções de investimento a submeter a concurso.

FÓRUM

Especialistas alertam para uma reduzida taxa de execução do PRR

Em relação à capacidade dos fundos disponíveis, os analistas consideram que “já não vale a pena discutir se são ou não suficientes”, e esperam que o plano consiga a “tão necessária” transição climática e digital. **POR RODOLFO ALEXANDRE REIS**

1. Portugal vai conseguir executar os fundos previstos no PRR em tempo útil?
2. Os fundos disponíveis são suficientes e estão dirigidos às áreas necessárias?



EDUARDO SILVA
Diretor Técnico da Yunit

1. O PRR, pelos contornos em que foi desenhado e contratualizado com a União Europeia e pela lógica diferenciada que assume na sua estruturação, assente em pilares estruturantes e com um cariz temático, apresenta um conjunto de desafios de grande relevância. Analisando o que aconteceu até à data, verificamos o cumprimento de alguns marcos e metas acordados com a União Europeia. No entanto, quando observamos a forma como têm sido disponibilizados mecanismos em que são materializadas as suas 20 componentes e a sua efetiva operacionalização, a eficácia já não tem sido tanta. No entanto, queremos acreditar que, com já quase um ano e meio de experiência, os erros cometidos até agora serviram de aprendizagem e, daqui para a frente, as coisas irão melhorar. Não obstante, ao analisarmos os dados disponíveis, à entrada para este ano, temos 100% do montante contratado. Mais importante são os 71% do montante já estar refletido em avisos e anúncios e 70% do montante estar aprovado. Deste valor, 9% já foi pago. Ou seja, em termos práticos, temos uma execução total de quase 10%, quando faltam quatro anos completos para o término do PRR. Assim, o montante já aprovado é um indicador bastante interessante e que deixa boas perspetivas de serem cumpridas as metas. Porém, também aqui, existem diversos desafios. A conjuntura económica atual, muito influenciada por fenómenos como a pandemia, a guerra, e agora a consequente inflação, podem originar alguma retração na hora de avançar, mesmo que com projetos aprovados. É importante, assim, não só cumprir com os prazos no que diz respeito à disponibilização das verbas, mas também ter a agilidade e flexibilidade suficiente para

mitigar os riscos que possam surgir pelo caminho.

2. Convém recordar que o principal objetivo do PRR é disponibilizar um instrumento de mitigação do impacto económico e social provocado pela crise pandémica vivida nos últimos anos, assegurando o crescimento sustentável de longo prazo, incidindo em três dimensões estruturantes: Resiliência; Transição Climática; Transição Digital. Cada um destes pilares está assente em várias componentes. Quando analisamos as componentes englobadas em cada pilar, existe uma coerência e abrangência muito positiva e que faz sentido. Ou seja, as áreas abrangidas são as necessárias e relevantes e acomodam aquilo que são os principais desafios a curto-médio prazo para o país, nas suas diferentes dimensões. No que diz respeito aos montantes e à forma como estão distribuídos, existirão sempre diferentes perspetivas. Da mesma forma que é válido questionar se determinadas áreas e os montantes previstos para os respetivos investimentos deveriam ter tanta expressão num programa deste tipo. Ou se, ao invés, deveriam ser abrangidas pelo Orçamento de Estado, permitindo, por exemplo, disponibilizar mais verbas do PRR às empresas de forma direta. Diria que, agora, mais que avaliar os fundos disponíveis, importa garantir eficácia na sua distribuição e a sua correta execução para que, no final, sejam evidentes os resultados alcançados. Mais propriamente, que se tenha conseguido uma resposta eficaz em áreas como saúde, habitação, respostas sociais, infraestruturas, entre outras, no que diz respeito à dimensão resiliência; e que efetivamente tenhamos conseguido a transição, tão necessária, nas dimensões climática e digital.



JOÃO ARANHA
Partner da Baker Tilly

1. A execução dos fundos em tempo útil muito depende do que consideremos tempo útil e aí podemos ter várias perspetivas. Podemos considerar tempo útil, o tempo legalmente estipulado para o PRR (execução até 2026), ou podemos considerar o tempo útil, como o tempo que os agentes económicos têm para recuperar, desenvolver e alavancar projetos, sem que os mesmos não se “percam” ou devido à conjuntura deixem, pura e simplesmente, de fazer sentido. Tendo em consideração o conteúdo sobre a forma e, assumindo como tempo útil a necessidade de capital por parte dos agentes económicos para reativarem e/ou alavancarem as suas empresas e projetos diria que Portugal já esgotou o tempo útil. Face à pressão económica e política a que se tem assistido, acredito que 2023 será um ano pródigo em concursos de fundos comunitários. Deste modo, e uma vez mais correndo atrás do prejuízo, recomenda-se às empresas iniciarem a preparação do seu plano de investimentos, da análise do enquadramento destes investimentos nos concursos a abrir e, caso se verifique passível de candidatura, iniciar a preparação da mesma. Mesmo sem os concursos abertos, as empresas podem e devem preparar as candidaturas, até porque as janelas temporais dos concursos abertos tende a ser curta e porque o PRR estipula em vários concursos a modalidade de concurso aberto até esgotar a dotação. Portanto, o tempo útil poderá ser um termo traiçoeiro quando analisamos um programa de incentivos que teve o seu início em 2020. No entanto, pode depender de nós a celeridade capacidade em respondermos aos concursos que venham a abrir.

2. Já desde o PRIME, passando pelo QREN e pelo Portugal 2020,



MANUEL ESTEVES DE ALBUQUERQUE
Managing associate
da Raposo Bernardo & Associados

1. De acordo com a informação disponibilizada no site governamental ‘Recuperar Portugal’ e com os dados atualizados à data de 11 de janeiro de 2023, ainda só foram concretizadas 70% das aprovações de candidaturas e, das que foram aprovadas, apenas foram pagos 9% dos incentivos previstos. Estamos todos cientes da necessidade de uma atempada execução dos fundos, sem descurar o controlo sobre a adequação da sua utilização. Os alertas vêm de vários quadrantes e até mesmo o Governador do Banco de Portugal alertava, no final do ano transacto, numa conferência, sobre o facto da taxa de execução do PRR estar a ficar muito abaixo do previsto. O PRR tem um período de execução até 2026. É impossível antecipar se até lá o país vai conseguir executar todos os fundos previstos. Se não o fizer será um enorme falhanço. Se o fizer sem investimento de qualidade, que induza as reformas de que o país necessita, para a transformação da sua economia e para a criação de uma base sustentável de crescimento com justiça social, em convergência com a União Europeia, será uma oportunidade perdida.

2. Pensamos que, nesta fase, já não valerá muito a pena discutir se os fundos disponibilizados são suficientes ou não. São os que existem e o que há que fazer é executá-los atempadamente e com critério, para não os desperdiçar. Em termos teóricos, as áreas para as quais são dirigidos os fundos são áreas críticas e cuja reforma é essencial para o desenvolvimento do país. Estão, aliás, alinhadas com os pilares relevantes da estratégia Europeia 2030. A questão coloca-se quanto à aplicação concreta dos fundos. Serão estes dirigidos para projetos verdadeiramente transformadores ou antes para suprir o subfinanciamento de determinadas entidades, como parecem indiciar projetos respeitantes à aquisição de equipamentos básicos para o cumprimento das suas funções? A forma como se pode concretizar na prática a aplicação dos fundos vai determinar se aquilo que na teoria parecia adequado foi efetivamente conseguido e se no final o PRR foi efetivamente o projeto de transformação de que o país tanto necessita.



PAULO MOURA CASTRO
Partner Advisory
da BDO

1. De acordo com o último relatório publicado pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal, datado de 11/01/2023, Portugal já recebeu cerca 3,3 mil milhões de euros do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), ou seja, aproximadamente 20% do total. Neste capítulo, Portugal não compara mal a nível europeu, sendo o oitavo país que mais verbas recebeu. Contudo, se analisarmos os pagamentos efetivos aos beneficiários diretos e finais, o valor fica-se pelos 1,4 mil milhões de euros, abaixo dos 9% do total. Para além de atrasos no lançamento de alguns concursos, a baixa taxa de execução do PRR explica-se, essencialmente, pela burocracia necessária à contratualização dos apoios. Veja-se o caso das empresas privadas: foram aprovadas cerca de 13 mil candidaturas, num total de 2,8 mil milhões de euros de apoios. No entanto, apenas 156 milhões (5,5%) foram efetivamente disponibilizados. Perante os dados disponíveis, e sem prejuízo da reprogramação que está a ser negociada, parece evidente que Portugal só será capaz de executar o PRR dentro do prazo estabelecido se for capaz de introduzir melhorias significativas na relação entre os organismos intermédios e os beneficiários finais. Uma nota final para realçar que, embora a implementação financeira seja a parte mais visível do PRR, a execução perante a Comissão Europeia mede-se pelo cumprimento das metas e marcos acordados que, embora públicos, têm sido alvo de menor escrutínio. Não basta “despejar” o dinheiro, é preciso implementar reformas.

2. Portugal dispõe do oitavo maior PRR europeu. Ao valor de 13,9 mil milhões de euros de subvenções, somam-se 2,7 mil milhões de empréstimos, num total de 16,6 mil milhões. Portugal podia ter “alavancado” mais o plano, através da contratação de um valor superior de dívida (utilizou 19% da verba disponível), mas não nos parece que a dimensão seja desadequada. Já quanto à distribuição dos fundos, o Governo optou por direcionar o PRR maioritariamente para o sector público (cerca de dois terços), como forma de impulsionar o investimento, até agora condicionado por restrições orçamentais, e que, em 2023, deverá situar-se em 3,5% do PIB. As empresas ficam, assim, com uma fatia direta de um terço do PRR, o que parece insuficiente se atendermos a que foram as principais afetadas pela pandemia (ainda que o peso possa aumentar por força do efeito de arrastamento do investimento público no sector privado). Em relação às áreas de investimento, as apostas na transição climática e na transição digital estão perfeitamente alinhadas com a estratégia europeia, mas

representam apenas um terço do PRR. Em contrapartida, a dimensão da Resiliência representa dois terços, destacando-se os investimentos no SNS, habitação e respostas sociais. Em resumo, a opção política por privilegiar o sector público condicionou a dimensão e os destinatários dos concursos, ficando a dúvida se o PRR conseguirá efetivamente constituir-se como um instrumento de transformação estrutural da economia portuguesa.



INÊS GIL DE BARROS
CEO da Moss&Cooper

1. Para a Resiliência é proposto um calendário ambicioso com 56 marcos concretos a executar até 2026 em que a maioria se concentra no triénio 2021-2023. Apesar de terem sido executados mais de um terço, o nível de sucesso da execução nesta dimensão implicará uma ação concertada entre as entidades envolvidas na missão e um planeamento estruturado que integre mecanismos mitigadores de potenciais entropias, seja em aspetos avaliativos, seja em etapas de acompanhamento. Na operação da transição digital, as reformas associadas às empresas, através da capacitação e catalisação 4.0, e o reforço da digitalização e interoperabilidade da administração pública, está afeto 36% do orçamento. Dos 31 marcos estipulados, mais de 40% está efetivado, estando em constituição a Rede Nacional de Test Beds, e a modernização de serviços financeiros de entidades do sector empresarial do Estado. Com efeito, torna-se inegável a possibilidade de desvios associados à morosidade dos procedimentos de contratação pública. Na Transição Climática (3 059M EUR), o maior montante é dirigido à mobilidade sustentável e à descarbonização da indústria (55% da dotação no conjunto). Entre 2021-2022 foram executados três marcos, estando “em andamento” outros quatro ambiciosos, até ao final de 2023. Segundo a última comunicação da “Missão Recuperar Portugal”, 21% do PRR está executado, com uma avaliação de desempenho positiva da CE. Não existe evidência para afirmação de atrasos de execução, pelo que, apesar do calendário desafiante, os resultados prospetivos apresentam-se otimistas.

2. Enquanto resposta estratégica a uma crise económica sem antecedentes desde a década de 40, o PRR é o instrumento de política com maior ambição orçamental alguma vez desenhado (16 644M EUR). Este plano materializa-se nas dimensões Resiliência, Transição Climática e Transição Digital, operacionalizadas através de componentes de âmbito setorial e

territorial para a promoção da competitividade económica. Para a Resiliência está previsto um financiamento de 11 125M EUR, dos quais 26% priorizam a necessidade de reforço do potencial produtivo através da capitalização e inovação empresarial, a redução das vulnerabilidades sociais respeitantes à habitação (24%), e investimentos no serviço nacional de saúde (12%). A Transição Digital (2 460M EUR) foi desenhada com a missão de consolidar as competências digitais e capacitar para a implementação de projetos 4.0, enquanto a Transição Climática se encontra associada ao compromisso de Portugal face às métricas europeias de neutralidade carbónica para 2050. É evidente um estreito alinhamento com as diferentes áreas governativas através de um modelo multinível, todavia carece de um diagnóstico *bottom-up*, não se verificando uma auscultação próxima com os agentes de mercado, que são os principais beneficiários do PRR. Na nossa ótica, essa fragilidade não criará efeitos consideráveis nos 3-5 anos pós-execução, mas refletir-se-á em descontinuidades ao nível da governança dos consórcios, e em possíveis *deficits* nas receitas próprias no médio-prazo, o que poderá potenciar inevitáveis dependências de outros financiamentos competitivos.

Joana Laia
PROJECT
MANAGER



A formação como factor de competitividade

Num contexto cada vez mais competitivo, mercados globalmente crescentemente interconectados, clientes mais exigentes e maior vulnerabilidade a crises externas, a capacidade de reinvenção e melhoria contínua ocupa especial relevância na atualidade do contexto empresarial.

O sucesso de uma organização, a longo prazo, depende da sua capacidade para criar e manter práticas que perpetuam a conceção de novas ideias e estimulam culturas de inovação e mudança, facilitadoras da livre partilha de informação e conhecimento.

O contexto dos Recursos Humanos para atrair e reter profissionais qualificados é um dos desafios mais importantes para as empresas considerando que estes representam o seu ativo mais valioso. Assim, torna-se necessário e até imperioso a definição de estratégias com intuito de motivar os profissionais e aperfeiçoar a qualidade do serviço prestado e a resposta qualificada e assertiva dos mesmos.

O estudo da Salesforce, “New Salesforce Digital Skills Research Unpacks How the Global Workforce Learns” de Abril de 2022, analisou as estratégias que as empresas podem adotar para atrair e reter talentos, concluindo que 94% dos profissionais da amostra valorizam a formação oferecida pelas suas entidades patronais, afirmando que permaneceriam mais tempo nas empresas se investissem mais no seu desenvolvimento profissional.

A formação contínua é fundamental para todas as organizações, que com isso beneficiam de profissionais mais qualificados, e para os próprios colaboradores ao adquirir conhecimento em áreas essenciais para o seu desenvolvimento, valorização da e na empresa e subsequentemente no mercado de trabalho.

Requer uma estratégia revista, provada e continuamente avaliada, para que o investimento seja eficiente e vá ao encontro do progresso dos colaboradores, motivando-os a permanecer nas empresas e capacitando-os a dar resposta às exigências de um mercado em constante evolução.

Na Moss&Cooper, através da Academia de Formação, reunimos competências e experiência que vão ao encontro de qualquer desafio nesta área, sempre em prol da formação profissional e valorização dos profissionais nos vários setores, encarando a qualificação dos recursos humanos como o motor e suporte de uma crescente competitividade.

e-mail: hi@mosscooper.com
website: www.mosscooper.pt



com o apoio



Cristina Bernardo

JE TALKS

Renegociação é possível mas falta tempo às empresas

Os tempos de candidatura e renegociação do Plano de Recuperação e Resiliência dificultam a vida às empresas no contexto de inflação e incerteza de mercados, levando os empresários a reconsiderarem a candidatura aos apoios.

INÉS BOTELHO
E TOMÁS GONÇALVES PEREIRA
ibotelho@medianove.com

O presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Pedro Dominginhos, esteve à conversa com o Jornal Económico e abordou o tema do PRR e respetiva aplicação na economia portuguesa, lembrando que já foram aprovados investimentos no valor total de quase 11 mil milhões de euros, com o propósito de impulsionar o tecido empresarial e a “competitividade da economia portuguesa”. Contudo, as empresas sentem o aperto dos prazos.

O responsável explica que o ano de 2022 foi particularmente importante ao nível de novos projetos de execução e concursos públicos para a “elaboração de várias infraestruturas”, no âmbito de um plano que visa ajudar as empresas e a própria economia a recuperar dos efeitos da pandemia. Neste sentido, até ao final do ano, foram entregues 79 milhões de euros para as agendas mobilizadoras e espera-se que, até fevereiro ou

março, sejam pagos mais 150 a 160 milhões de euros. Pedro Dominginhos destaca os três consórcios já aprovados, geridos pelo fundo ambiental, no valor de 130 milhões de euros, assim como as candidaturas que já se encontram em fase de concretização, relacionadas com a economia sustentável e gases renováveis.

Por outro lado, os dois últimos programas lançados pelo Banco de Fomento, no âmbito da aplicação do PRR, aproximam-se dos 200 milhões de euros cada um. Dominginhos destaca a importância de estes apoios chegarem à “economia real”.

De acordo com Ricardo Vale, coordenador comercial da Yunit, os fundos europeus ajudados Portugal a convergir com a União Europeia (UE). Porém, a tendência de aumento generalizado dos preços obriga a que o investimento nas empresas seja superior, quando se chega à fase de execução. Um contexto que pode “criar alguma entropia naquilo que importa verdadeiramente nos fundos comunitários e no PRR”. O responsável reitera que as entidades gestoras, particularmente o Governo, devem



A peça pode ser vista no JETV, a plataforma multimédia do Jornal Económico

“Os apoios são fundamentais (...) mas deverão estar numa segunda linha de preocupação. A primeira linha de preocupação deve ser o negócio”, diz Ricardo Vale

encontrar uma solução para fazer face a esta situação. Pedro Dominginhos trouxe à discussão o caso das obras no Metro de Lisboa. Isto porque, o “aumento dos preços das matérias primas” obrigou a um crescimento do valor inicialmente orçamentado. Nesta medida, o próprio lembra que existe “alguma margem de manobra dentro daquilo que é a orientação política” e alerta para o risco assumido pelos empresários que se candidataram aos apoios.

Ricardo Vale sublinha que algumas das maiores dificuldades enfrentadas pelas empresas são o aumento dos custos, que obriga a um investimento maior do que o previsto. Muitas das vezes, o tempo de fecho das candidaturas é demasiado curto para que as empresas possam entregar todos os documentos e avaliações necessárias. As candidaturas relacionadas com a descarbonização na indústria são das mais afetadas pela falta de tempo, uma vez que têm que ser submetidas a uma avaliação técnica morosa e não há técnicos especializados suficientes para realizar estes trabalhos com a prontidão necessária. Este impasse causa muitas

vezes desistências por parte das empresas, uma vez que “os tempos do dia a dia empresarial são muito mais curtos e há decisões que têm de ser tomadas”, como explica Vale. O coordenador comercial da Yunit refere ainda que, apesar de haver espaço de manobra para renegociações, o tempo que estas exigem é demasiado extenso.

Esta é uma situação à qual a Comissão Nacional de Acompanhamento está atenta. Como recorda Dominginhos, o organismo propõe o aumento das equipas técnicas de avaliação, assim como que os projetos mais simplificados (até 200 mil euros) não necessitem de apresentar uma auditoria energética na primeira fase. Por fim, é destacada por Ricardo Vale a importância de as empresas olharem para estes apoios como “facilitadores” e não dependerem destes para o seu desenvolvimento ou investimento, pois estes podem acabar por não ser atribuídos.

O responsável sublinha que “os apoios são fundamentais e podem ser críticos, mas deverão estar numa segunda linha de preocupação, a primeira linha de preocupação deve ser o negócio”. ■